

O discurso de Karl Marx ao domínio britânico na Índia e suas considerações sobre a Revolta dos Cipayos (1857-1859)

Thiago Henrique Sampaio

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
São Paulo - São Paulo - Brasil
thiago.sampaio92@gmail.com

Resumo: O território indiano, ao longo do tempo, permaneceu em constante contato com os europeus. A partir do século XVI, com as Grandes Navegações a região assiste a um aumento considerável de trocas comerciais e de fluxos populacionais. Mas no século XIX, a localidade passou por uma transformação na sua relação com a Europa. A Inglaterra, sua metrópole, passou a intensificar a exploração da região através da Companhia Britânica das Índias Orientais. A crescente dominação acarretou na Revolta dos Cipayos, feita pelos soldados locais que serviram ao exército colonial. O presente artigo visa analisar os escritos de Karl Marx sobre a dominação britânica e suas considerações sobre as causas da Revolta dos Cipayos. Além disso, busca-se encarar sua obra como um dos primeiros estudos que analisou as transformações do colonialismo no século XIX.

Palavras-Chaves: Colonialismo. Dominação britânica na Índia. Revolta dos Cipayos. Política Colonial. Karl Marx.

Introdução: a Companhia Britânica das Índias Orientais

Em 1600 inicia-se o domínio britânico na Índia com a criação de uma companhia por ações: a Companhia das Índias Orientais, a qual recebeu da Coroa inglesa a concessão de monopólio e comércio com a Índia. Andréa Guimarães (2010, p. 56) assinala que pelo seu grande sucesso comercial e crescente envolvimento na política interna britânica, a Companhia se tornou o centro de grandes batalhas comerciais e disputas políticas na Inglaterra do século XVII ao XIX.

A administração da Companhia no subcontinente indiano tornou-a a maior entidade colonial do planeta, pois continha territórios diversos e era um verdadeiro mosaico cultural. No início de sua dominação, procurou submeter a Índia sem transformar ou destruir as estruturas políticas, econômicas e sociais existentes, mas utilizando-as nos seus interesses de dominação colonial (POUCHEPADASS, 2004, p. 302).

No início do século XVIII era surpreendente as exportações da Inglaterra para as Índias através da Companhia. Na época foi um dos maiores empreendimentos mercantis do planeta, como se pode notar na tabela 1:

Tabela 1 – Exportações da Inglaterra para as Índias
pela Companhia britânica das Índias Orientais, 1691-1720 (em libras)

Período	Total	Tesouro*	Ouro	Total (%)	Tesouro (%)	Ouro (%)	Média Trienal (%)	
							Tesouro	Ouro
1691-1692	174.937	137.789	39.148	100	77,6	22,4		
1692-1693	178.845	150.097	28.748	100	83,9	16,1		
1694-1695	327.543	251.142	76.401	100	76,7	23,3	79	21
1695-1696	393.621	232.963	160.658	100	59,2	40,8		
1696-1697	57.759	32.510	25.249	100	56,3	43,7		
1697-1698	370.685	320.473	50.212	100	86,5	13,5	67	33
1698-1699	476.092	412.180	63.912	100	86,6	13,4		
1699-1700	579.198	482.219	96.979	100	83,3	16,7		
1700-1701	703.497	657.088	46.409	100	93,4	6,6	88	12
1701-1702	325.264	258.433	66.831	100	79,5	20,5		
1706-1707	306.944	281.483	25.461	100	91,7	8,3		
1707-1708	371.911	323.603	48.308	100	87	13	86	14
1708-1709	552.152	438.956	113.198	100	79,5	20,5		
1709-1710	508.905	373.349	135.556	100	73,4	26,6		
1710-1711	527.832	348.444	179.388	100	66	34	73	27
1711-1712	466.274	317.322	148.952	100	68,1	31,9		
1712-1713	300.418	201.425	98.993	100	67	33		
1713-1714	334.318	259.442	74.876	100	77,6	22,4	71	29
1714-1715	420.351	348.839	71.512	100	83	17		
1715-1716	398.662	346.314	52.348	100	86,9	13,1		
1716-1717	520.089	469.173	50.915	100	90,2	9,8	87	13
1717-1718	603.762	517.703	86.057	100	85,7	14,3		
1718-1719	611.283	532.170	79.113	100	87,1	12,9		
1719-1720	690.057	564.243	125.814	100	81,8	18,2	85	15
* barras e moedas de prata e ouro								

Fonte: CHAUDHURI, 1968, p. 498 (adaptada pelo autor)

No período da sua expansão pelo subcontinente indiano, o Império Mongol, que dominava este território, entrou em declínio. Segundo Jacques Pouchepadass (2004, p. 304-310), a Companhia das Índias Orientais anexou 2/3 do subcontinente indiano em um século da sua existência. Diante da derrocada do antigo sistema que controlava a Índia, a empresa foi obrigada a transformar-se em uma potência territorial para preservar-se da insegurança causada pela decomposição do Império Mongol e fazer frente aos empreendimentos de sua principal concorrente: a Companhia Francesa das Índias Orientais. Assim, ela adquiriu um império colonial por uma combinação de fatores, como pressão econômica, diplomática e militar, acionados sem um plano pré-concebido, pelas necessidades e oportunidades das conjunturas políticas resultantes do seu tempo, por muito dominado pela preocupação prioritária com os interesses comerciais.

Em diversos momentos dos Setecentos, as companhias inglesas e francesas se enfrentaram em disputas por territórios comerciais na Índia. Com a Guerra dos Sete Anos (1756-63), a região foi palco de diversos conflitos de interesses comerciais pelas maiores potências do período (França e Inglaterra). Em 1757, a base francesa de Chandernagore, em Bengala, foi capturada por tropas britânicas a serviço da Companhia Britânica das Índias Orientais. No ano de 1761, Pondicherry, a capital da Companhia Francesa das Índias Orientais, caiu perante as tropas inglesas. A capacidade logística e financeira dos ingleses para envio de reforços e reabastecimento de suas tropas nas regiões de Madras e Bengala foi decisiva para a vitória britânica na região. Com a assinatura do Tratado de Paris em 1763, a Companhia Britânica das Índias Orientais tornou-se o poder europeu dominante do território indiano.

Rosa Luxemburgo (1976, p. 316-399) acreditava a explicação para essa competição entre as duas grandes potências da época era que os antigos países capitalistas constituíam mercados cada vez maiores entre si e tornavam-se cada vez mais indispensáveis uns para os outros, ao mesmo tempo em que lutavam entre si pela busca comercial com países não-capitalistas. Ela completa que o militarismo é uma arma antiga na concorrência dos países capitalistas em luta pelo domínio de novos territórios. É um erro interpretar o conflito entre as companhias britânicas e francesas como um reflexo do conflito de seus respectivos países, como assinala Marshall (1998, p. 498), pois não existia ainda uma política nacional britânica para o território indiano. As forças enviadas para a região eram subordinadas a Companhia das Índias Orientais.

Ao se tornar a força dominante no subcontinente indiano, a Companhia Britânica das Índias Orientais teve de remodelar seus aparatos administrativo, financeiro e político. Estas modificações fizeram a companhia agir menos como uma empresa e mover-se ao longo de sua trajetória no desenvolvimento institucional da região. Bowen (2007, p. 23) afirma que a sua transição de comerciante para soberana da localidade desafiou muitas das atitudes e ideais que pautavam seu desempenho até então. Ao privilegiar a dominação política ao comércio, a Companhia passou a ser afetada por uma série de poderosas rivalidades econômicas e políticas existentes na Índia e em Londres.

No início do seu governo, a Companhia Britânica tomou algumas medidas que tiveram impacto negativo na vida daqueles que viviam sob sua administração. Dentre elas, como aponta Andréa Guimarães (2010, p. 76): a adoção da lei britânica para moradores de Calcutá; redução de gastos públicos e utilização do Tesouro público para a aquisição de

mercadorias chinesas para serem comercializadas com a Inglaterra; uso da força e da intimidação sobre produtores e comerciais rivais indianos e a transferência da coleta de impostos para mãos inglesas. Estas medidas tiveram impactos negativos sobre a empresa, causando a queda da sua arrecadação.

É interessante salientar a heterogeneidade da administração da Companhia, pois sua administração era dividida em três presidências, cada uma possuindo autonomia em relação às demais, sendo elas: Bombaim, na costa oeste; Madas, no sudeste e Bengala, no nordeste do território indiano. Cada presidência possuía suas próprias guarnições e comandos militares que serviam a sua região administrada.

Em 1773, o Parlamento Britânico aprovou o *Regulating Act* no qual colocava as três presidências da Companhia Britânica sob a supervisão de um governador-geral indicado pela Coroa para um período de 5 anos e com sede administrativa em Calcutá. Posteriormente, em 1784, uma nova lei é aprovada, o *India Act*, a qual deu maiores autoridades ao governador-geral sob as presidências existentes na Companhia. O único ato a que esta autoridade ficava restrita era declarar guerra sem consultar o conselho da Companhia Britânica.

Após se tornar soberana dos territórios indianos, a Companhia Britânica duplicou sua arrecadação até início do século XIX e é notável a participação do imposto sobre a terra (aplicado aos moradores de sua localidade) na arrecadação bruta da empresa que muitas vezes ultrapassava metade da sua participação nas receitas:

Tabela 2 – Receitas da Companhia das Índias Orientais em Bengala, Bihar e Orissa de 1765-1803 (em libras)

Ano	Arrecadação bruta total	Imposto sobre a terra	Gasto Total	Resultado= Arrecadação – Gastos	Impostos sobre a terra / Arrecadação Bruta
1765-1766	2.258.227	1.470.000	1.210.360	1.047.867	65%
1766-1767	3.805.817	nd	1.274.093	2.531.724	
1767-1768	3.607.009	nd	1.487.383	2.119.626	
1768-1769	3.783.207	nd	1.573.129	2.210.078	
1769-1770	3.348.976	nd	1.752.556	1.596.420	
1770-1771	3.330.343	nd	1.732.088	1.598.255	
1771-1772	3.259.564	2.341.941	2.884.192	375.372	72%
1772-1773	2.866.968	2.298.441	2.827.141	39.827	80%
1773-1774	3.160.186	2.438.405	2.727.975	432.211	77%
1774-1775	3.564.915	2.777.870	3.300.124	264.211	78%
1775-1776	4.198.017	2.818.071	3.438.480	759.537	67%
1776-1777	3.971.440	2.755.043	3.424.401	547.039	69%
1777-1778	3.688.088	2.530.042	3.353.029	335.059	69%
1778-1779	3.782.690	2.656.809	4.972.590	-1.189.900	70%
1792-1793	5.512.761	3.091.616	3.873.859	1.638.902	56%
1793-1794	5.871.945	3.177.028	3.714.160	2.157.785	54%
1794-1795	5.937.931	3.235.259	3.863.740	2.074.365	54%

1795-1796	5.694.194	3.310.697	3.986.740	1.707.454	55%
1796-1797	5.703.906	3.118.556	4.126.644	1.577.262	55%
1797-1798	5.782.741	3.097.443	4.351.926	1.430.815	54%
1798-1799	6.153.615	3.072.743	4.146.954	2.006.661	50%
1799-1800	6.498.473	3.213.230	5.058.661	1.439.812	49%
1800-1801	6.658.334	3.218.766	5.420.966	1.237.368	48%
1801-1802	7.127.988	3.296.303	5.647.415	1.480.573	46%
1802-1803	8.383.087	3.295.761	5.798.858	2.584.229	39%

Fonte: GUIMARÃES, 2010, p. 118.

A partir de 1790 começou um desmantelamento das estruturas pré-coloniais ainda existentes no território indiano e buscou-se a integração de novas áreas a administração da Companhia Britânica. Segundo Pouchepadass (2004, p. 332), uma das tendências da época foi a expansão do modo de vida sedentário e aldeão entre a população local. Esta evolução se explicava pelo refluxo em direção à terra por parte dos soldados, dos artesões, dos empregados, dos sacerdotes que se viam privados de emprego pelo desaparecimento dos poderes e das cortes dos príncipes submetidos à autoridade britânica, à medida que a conquista colonial progredia. Outro fator crucial para a compreensão dessa mudança foi a fixação progressiva de grupos de migrantes (ocasionais ou regulares) nas estruturas aldeãs do mundo rural.

Na entrada do século XIX, um Estado local fazia frente às pretensões expansionistas da Companhia Britânica das Índias Orientais: o Império Maratha. Foram travadas diversas batalhas pela posse de seus respectivos territórios entre eles. Para Rosa Luxemburgo (1976, p. 319), cada nova expansão colonial era acompanhada de uma luta entre o capital (representado pelo colonizador) e a situação social-econômica dos povos submetidos à colonização que compreendiam a apropriação violenta de suas localidades. Este mesmo ideal era compartilhado por Hobson (1981, p. 136), segundo a qual a guerra, o militarismo e uma política expansionista energética eram os pilares da política colonialista do longo oitocentos.

Outro pensador do colonialismo moderno, Hilferding (1985, p. 300) acreditava que os métodos violentos pertencem à essência da política colonial e que, sem eles, perderia seu sentido capitalista, constituindo-se em um componente fundamental da política expansionista. A mesma perspectiva é compartilhada por Sartre (1968, p. 144), pois a violência colonial não tem somente a finalidade de impor respeito a homens colonizados, mas procura também desumanizá-los.

Em 1818, o Império Maratha foi derrotado pelas forças militares da Companhia Britânica e seus territórios foram incorporados à dominação britânica. A partir da derrota

dos marathas, o território da Índia começou a transformar-se em uma economia colonial no sentido moderno da expressão, ou seja, em uma economia estruturalmente dependente, fonte de matérias-primas para uma indústria metropolitana em plena expansão e mercado não protegido para a expansão de produtos dessa indústria.

Uma tendência deste Estado colonial a partir de 1820 foi de considerar-se herdeiro e guardião das tradições bramânicas da ordem social, através de práticas e de políticas convergentes. Jacques Pouchepadass (2004, p. 334) afirma que isso contribuiu para congelar o sistema das castas em sua acepção bramânica mais discriminatória e mais rígida tornando-se um auxiliar efetivo da dominação colonial. Outra tendência da administração colonial na época foi a substituição das línguas locais pelo inglês na administração do território. Ao longo do processo histórico das dominações coloniais, a língua se tornou uma importante forma de dominação dos colonizadores para os colonizados (SARTRE, 1968, p. 33).

Em 1833, a Companhia Britânica perde o monopólio que tinha com a China e o Parlamento britânico institui a centralização de todos os poderes jurídicos, executivos e legislativos em todo o território da Índia. Desta forma, o governador-geral que subisse ao poder na Índia teria poderes para promulgação de leis em todo o território de domínio britânico.

A Revolta dos Cipayos¹ ou Primeira Guerra de Independência da Índia

A partir de 1833, a Companhia Britânica das Índias Orientais entrou em declínio. Ao longo das décadas seguintes, ela contraiu vários empréstimos para a manutenção de seu poderio na Índia. A companhia passa a ser um problema do parlamento britânico, pois começam-se a discutir sua efetiva necessidade ou sua substituição para uma ocupação colonial mais rígida no território indiano.

Nas décadas de 1840 e 1850, ocorreram vários surtos de resistência à dominação da empresa nos territórios indianos. Uma característica que separa esse período de turbulência da Revolta dos Cipayos é que não eram movimentos homogêneos e não possuíam lideranças claras, assim ocorria uma desarticulação de sua estrutura de comando que ultrapassasse os âmbitos regionais da manifestação.

Para Jacques Pouchepadass (2004, p. 335), muitos ingredientes de movimentos de resistências já figuravam amplamente em inúmeras revoltas ocorridas anteriormente, mas

¹ Cipayos é o nome dado aos soldados locais que serviram no exército da Companhia das Índias Orientais.

seu caráter de deflagração em cadeia, abraçando em poucas semanas todo o norte do subcontinente indiano, fez da Revolta dos Cípaiois um verdadeiro cisma, que ameaçou a existência do seu regime colonial e simbolizou uma ruptura com o antigo sistema colonial até então instalado.

Existe um debate historiográfico sobre a interpretação da Revolta dos Cípaiois como a Primeira Guerra de Independência da Índia. Para a historiografia colonial² ela foi apenas um motim perante a dominação britânica no território indiano. Já a historiografia nacionalista indiana (GUHA, 1983, p. 07) trabalha com diferentes vertentes de interpretação como, por exemplo: sendo um movimento progressista pela liberdade da Índia; uma tentativa de restauração do antigo regime indiano; reação feudal da elite proprietária de terras ao colonizador inglês; ou ainda uma guerra civil entre colaboradores do colonialismo e a resistência.

A Companhia Britânica das Índias Orientais usou, ao longo de sua dominação no território, vários exércitos de mercenários, que em diversos momentos se rebelaram. Desde o início da década de 1850, os comandos superiores de sua guarnição eram chefiados por britânicos, ocorrendo inúmeras transgressões aos soldados da religião bramânica: recrutamento de combatentes de castas inferiores; humilhação e ressentimento pela anexação do reino de Aoudh pelo governador-geral da Índia em 1856; severas punições a populações recém integradas ao regime colonial; e obrigar seus guerreiros a combater na Birmânia (viagem considerada ilegal para as pessoas de alta casta).

O estopim do conflito de 1857 foi o fato dos cartuchos de armas de fogo usados pelos soldados, os quais deveriam morder, serem banhados com gordura de vaca e de porco, o que para os hindus e muçulmanos era um completo desrespeito às suas crenças religiosas. Rapidamente a rebelião ganhou força em diversas regiões do norte do subcontinente indiano. Houve a colaboração de antigos príncipes de reinos subordinados ao domínio britânico, proprietários de terras, campesinato local e apoio de clérigos bramânicos. A revolta mesclava vontades da antiga aristocracia dominante no território indiano com o ressentimento generalizado de diversos setores sociais que haviam sofrido espoliações do sistema colonial.

O fracasso da revolta se deu, segundo Jacques Pouchepadass (2004, p. 337), pela falta de liderança e unidade da ação. A rebelião não passou de uma série de sublevações locais não-coordenadas, que os britânicos podiam dominar uma a uma. Para ele, até na revolta os

² Sobre essa tendência historiográfica segue-se a seguinte sugestão bibliográfica: COHN, 1996; BAYLY, 1983; STOKES, 1986.

indianos aceitaram sua condição de colonizados, pois os Cipayos eram um exército composto por subalternos que eram comandados por príncipes nascidos sob o jugo colonial que não conheciam a arte da guerra. Mas foi inegável o papel que a Revolta dos Cipayos teve nas relações entre ingleses e indianos.

Após o “fracasso” da rebelião, a Companhia Britânica das Índias Orientais foi extinta e o território passou para a administração da Coroa. Alguns anos depois, numa tentativa de acalmar as consequências da guerra, a Rainha Vitória publicou solenemente uma proclamação conciliadora, na qual se comprometia a proteger os antigos príncipes, concedia perdão a todos que se rebelaram e a respeitar os costumes e religiões locais.

Segundo Marie Foucarde (2004, p. 348), os ingleses reprimiram a insurreição com mãos de ferro e sem recuar diante das atrocidades cometidas. Pacificada a revolta, procuraram satisfazer em parte as reivindicações expressadas. Uma das primeiras medidas tomadas foi a introdução do papel-moeda e a criação de bancos, o que possibilitou o desenvolvimento de crédito que estimularam inúmeros empresários ingleses a fundar empresas industriais no território indiano.

Ao serem encerradas as atividades da Companhia Britânica das Índias Orientais, a transferência da renda territorial da Índia para a Grã-Bretanha passou a ser realizada por meio do pagamento de uma renda anual, a *home charge*, que equivalia aos encargos da dívida externa do território para a Coroa (GUIMARÃES, 2010, p. 182). Este *déficit* estava relacionado ao pagamento de dividendos e da indenização dos acionistas da Companhia, pagamento de aposentadorias de funcionários, pagamento de infraestruturas que haviam começado sua construção no território, despesas com o Ministério da Índia e treinamento do exército local.

Após o fracasso da revolta reforçaram-se as hierarquias sociais indígenas e o exército colonial da Índia foi reestruturado com base nas castas e religiões, sendo fracionado em grupos homogêneos, tornando-se menos suscetível a unir-se em bloco contra o domínio colonial. Desta forma foi garantida a dominação britânica por quase um século no território (POUCHEPADASS, 2004, p. 339).

Os escritos de Marx sobre a dominação britânica no território indiano³

³ As discussões presentes na introdução deste tópico foram desenvolvidas no texto de SAMPAIO, Thiago. As considerações de Marx sobre as Guerras do Ópio e suas consequências na sociedade chinesa (1839-1860). *Revista Espaço Acadêmico (UEM)*, v. 15, p. 67-78, 2015.

Ao longo do Oitocentos, o capitalismo passou por transformações. Diversos pensadores da época começaram a analisar e refletir sobre suas modificações, entre eles Karl Marx (1979). A contribuição ímpar desempenhada pelas obras de Marx em suas análises sobre o capitalismo é inegável. Na confecção do presente artigo foi utilizado o livro *Acerca Del Colonialismo*, uma coletânea de textos escritos por Engels e Marx, originalmente publicados na década de 1850 para o jornal *New-York Daily Tribune*, na qual tecem severas considerações sobre a Companhia Britânica das Índias Orientais, suas interpretações sobre a organização social do território indiano; a questão do ópio na China; a Guerra Anglo-Persa; além de correspondências trocadas entre os autores.

Quando nos deparamos com os escritos de Marx sobre a ocupação e dominação britânica em territórios indianos, devemos compreender dois pontos fundamentais presentes na época: as modificações sofridas pelo colonialismo no século XIX e o darwinismo social. O colonialismo sofreu profundas transformações na segunda metade do século XIX decorrente dos seguintes fatores: a industrialização de vários países; a expansão de medidas liberais na economia; maior disponibilidade de mão-de-obra barata; procura de mercados consumidores e facilidade no acesso de matérias-primas. Os direitos comerciais e mercantis das metrópoles europeias foram substituídos pela posse e ocupação efetiva das colônias nos no final do Oitocentos.

Já o darwinismo social era uma teoria que prevaleceu ao longo do século XIX para explicar as diferenças sociais existentes entre diversos grupos e sociedades. Posteriormente, essa ideologia foi utilizada pelas potências coloniais para legitimarem o colonialismo da segunda metade do Oitocentos. Suas interpretações buscaram defender a “missão civilizadora” para povos considerados “retrógrados” no desenvolvimento civilizatório e econômico. Segundo os pensadores da época, o domínio do globo deveria ser uma obrigação do homem branco, seu fardo, para as sociedades consideradas “bárbaras”, “atrasadas” e “selvagens” na perspectiva progressista simbolizado pelos Oitocentos. Na obra de Carlos Moore (2010, p. 62-63) *O Marxismo e a questão racial*, o autor analisou as influências destes fatores na obra de Marx:

As ideias de Marx e Engels sobre o mundo em geral não podem ser dissociadas de seu ambiente e da época que viveram. Eles nasceram na Europa do século XIX; viveram e trabalharam na Europa do século XIX. O comércio de homens e mulheres de pele negra dizimava a África por cerca de quatro séculos e sociedades na Ásia e Oceania também haviam sido reduzidas a uma ou outra forma de escravidão. Milhões de autóctones negros e indígenas haviam sido subjugados ou exterminados nas Américas; milhões de africanos foram levados através dos mares para substituí-los nas minas de ouro e prata nos campos de algodão e açúcar nas

Américas e no Cariba. O capitalismo ocidental estava em plena expansão; a Europa bebia o sangue do homem negro e cuspiu dinheiro em seguida. A expansão incontrolada do Ocidente levou a um desenvolvimento sem precedentes da ciência e da tecnologia no século XIX. Esse progresso material foi acompanhado por um fenômeno psicocultural peculiar há muito conhecido no mundo europeu, mas que agora se manifestava com força renovada – a supremacia branca. O homem branco não provava sua superioridade ao escravizar e exterminar milhões de homens negros? Não forçara também os asiáticos à submissão, apesar do Império Chinês e da avançada civilização dos japoneses? Não destruíra o poder do zulus, dos ashantis, dos mandingos, dos astecas e dos maias? A supremacia branca colocara, assim, o mundo sob seu domínio econômico, político e cultural racista. De fato, o desenvolvimento da ciência social do século XIX trouxe a marca dessa arrogância. Os horizontes em expansão da antropologia, etnologia, sociologia, etc., serviriam não apenas para decifrar os enigmas que desafiavam a história, mas também para legitimar, de um modo científico, a hegemonia do Ocidente e a supremacia dos brancos.

Nos escritos de Marx (1979, p. 11), percebemos sua compreensão que aquela época era de profundas transformações econômicas, sociais e políticas. Na esfera econômica, tais transformações ocorreram devido à navegação em torno da África, possibilitando que os mercados consumidores da América, da Índia e da China pudessem contribuir para o impulso industrial e a ascensão da burguesia em um novo campo de atuação. Nos campos sociais e políticos, desenvolveram-se os pontos fundamentais que contribuíram para a decomposição do *Ancien Régime*.

Assim, a antiga organização social já não permitia a fecundação da industrialização e não podia satisfazer as demandas da população, que cresciam com a abertura de novas regiões ao mercado consumidor. Segundo Marx (1979, p. 12) com o rápido aperfeiçoamento dos meios de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia buscava mostrar a força da “civilização” para todas as nações, até as consideradas mais “atrasadas” dentro desta perspectiva do darwinismo social do século XIX.

O território indiano passou por diversas dominações ao longo da sua história, por diferentes povos e nações. Marx (1979, p. 33) acreditava que a miséria causada pela dominação britânica tinha uma natureza distinta e infinitamente mais intensa que todos os invasores que passaram por aquela região. Ele defendia que

As guerras civis, invasões, revoluções, conquistas, anos de terror estranhamente complexo, rápida e destrutiva como aparentam todas essas calamidades sucessivas, tiveram efeitos até então considerados superficial sobre o subcontinente indiano. A Inglaterra, no entanto, destruiu todo o arranjo da sociedade hindu sem ter mostrado até o momento nenhum interesse de reconstrução. Esta perda de seus antigos valores, além da própria conquista, dá um abatimento especial para a miséria da sociedade indiana, e separa o subcontinente indiano, governado pela Grã-Bretanha, de todas as suas antigas tradições e toda sua história passada (MARX, 1979, p. 34, tradução minha).

Além da destruição de antigas tradições, a Inglaterra também foi responsável pelo desmantelamento interno da produção têxtil que era conhecida há séculos como provida da

Índia. Este fato ocasionou uma decadência das cidades no território além de destruir a união, que durava há milênios, da atividade agrícola com a indústria artesã (MARX, 1979, p. 35-36).

Segundo Marx (1979, p. 46-47), a Companhia Britânica das Índias Orientais ganhou um papel de destaque na sociedade inglesa durante a segunda metade do século XVIII até meados do XIX. Isso é consequência dos atos de regulamentação que foram aprovados no século XVIII, tornando o território indiano uma questão ministerial dentro do parlamento. Ele salientava que os ministros e a nação inglesa, a partir destes decretos, começaram a reclamar a sua parte na conquista territorial do continente indiano e a única forma da Companhia ter salvado sua existência nesse episódio foi um acordo de pagamento anual de 400.000 libras ao Tesouro Nacional, ocorrido em 1784.

A história da Companhia Britânica das Índias Orientais poderia ser dividida da seguinte forma, para Marx (1979, p. 47): até 1784 conquistou sua existência e influência na sociedade inglesa; depois a oligarquia administrativa da empresa absorveu todo o poder que esta poderia assumir e isentou-se de responsabilidades; e durante 1813 a 1833, período de renovação da carta de monopólio da companhia, a sociedade inglesa desperta e dedica sua atenção às ações cometidas por esta associação no território indiano.

A partir de 1833, Marx (1979, p. 64) analisou que a Companhia passou por uma transformação em sua história, pois através de um decreto deste ano foi reforçada a inspeção da empresa pelo Parlamento inglês. Desta forma seus acionistas transformaram-se em credores dos ganhos que aconteceram no território indiano. A empresa foi obrigada a vender suas reservas mercantis e dissolver a sua existência comercial, transformando-se, até seu desmantelamento, em um simples mandatário da Coroa. O principal papel da Companhia Britânica foi suplantando os poderes de príncipes locais no território, assim sua esfera de dominação econômica se alterou para o político.

Estas medidas foram interpretadas por Marx (1979, p. 82) como uma tentativa da Inglaterra cumprir uma dupla missão no território indiano: destruidora, por um lado, e regeneradora, por outro. Os britânicos acabaram com a civilização hindu desfazendo suas comunidades, arruinaram por completo sua indústria têxtil e nivelaram toda a elite de sua sociedade. Essas atitudes foram tomadas para destruir uma antiga sociedade asiática e construir as bases materiais de uma sociedade ocidental na Ásia. Já a regeneração assentou-se nos ideais de “missão civilizadora” dos europeus para os demais continentes e uma tentativa de amenizar as consequências de sua dominação para a opinião pública mundial.

Nas décadas de 1840 e 1850, Marx (1979, p. 184) percebeu que a Companhia passou por fortes agitações no subcontinente indiano e pediu ajuda ao Parlamento no sentido militar para conservar os territórios conquistados e econômicos e para não declarar sua falência. As movimentações foram causadas porque a entidade não reconhecia mais os príncipes herdeiros dos principados independentes que existiam na região, para poder anexar esses territórios ao domínio britânico. Além disso, ocorreram denúncias que comoveram a opinião pública inglesa sobre práticas de torturas cometidas pela empresa aos indianos que serviam ao governo britânico.

Outro fator que para ele foi responsável por estas agitações nas décadas anteriores e que ocasionaram a Revolta dos Cipayos foi a alta carga de impostos pagos pela população indiana, que inclusive era superior a tributos pagos pelos próprios ingleses em seus países. A tabela 3 mostra os impostos no subcontinente indiano no ano de 1858:

Tabela 3 – Impostos na Índia em 1858 (libras)

Soma de todos os impostos recebidos	30.000.000
Dedução do comércio de ópio	5.000.000
Dedução da renda da terra	16.000.000
Imposição tributária	9.000.000

Fonte: MARX; ENGELS, 1979, p. 204.

A tabela 4, por sua vez, mostra o imposto por habitante na Índia e na Inglaterra nos anos de 1855 e 1856. Através disso, devemos lembrar que as situações de cada local são bem distintas, pois o território indiano na época tinha uma população cinco vezes superior à dos ingleses e a qualidade de vida era bem inferior que os metropolitanos:

Tabela 4 – Imposto pago por cada habitante da Índia e da Inglaterra nos anos de 1855 e 1856

Território	Rendimentos recebidos per capita			Tributação		
	Libras	Chelins	Peniques	Libras	Chelins	Peniques
Bengala	0	5	0	0	1	4
Províncias do Noroeste	0	3	5	0	0	7
Madrás	0	4	7	0	1	0
Bombaim	0	8	3	0	1	4
Penjuab	0	3	3	0	0	9
Reino Unido	0	0	0	1	10	0

Fonte: MARX; ENGELS, 1979, p. 204.

Na tabela 5, analisando a dívida da Índia com a Inglaterra até meados do Oitocentos percebemos que houve uma evolução nos valores em 134%. Em um período de 53 anos, a dívida da localidade com os ingleses mais que dobrou:

Tabela 5 – Dívida dos territórios da Índia com a Inglaterra (libras)

Anos	Valores
1805	25.626.631
1829	34.000.000
1850	47.151.018
1858	60.000.000

Fonte: MARX; ENGELS, 1979, p. 204.

Marx (1979, p. 135) acreditava que as diferenças religiosas existentes no território indiano entre os hindus e os muçulmanos pela primeira vez foram esquecidas e uniram-se contra um inimigo em comum. Essa troca de apoios gerou a Revolta dos Cipayos. A rebelião, segundo ele, não era algo único, pois a insatisfação da população do subcontinente indiano para o domínio britânico em seu território era algo generalizado que estava presente no sentimento de várias nações asiáticas.

O domínio colonial britânico na Índia se fundou em um velho princípio, que segundo Marx (1979, p. 138) era dividir para dominar. Inicialmente, este ideal foi aplicado respeitando as diferentes culturas existentes no território. Mas, um exército formado por Cipayos serviu de válvula de escape para os problemas decorrentes do colonialismo na região. Na década que aconteceu a rebelião, os britânicos começaram a adotar novas medidas naquela localidade através da destruição de culturas e nacionalidades. Tais atos foram postos em prática através da destituição de príncipes locais e da ingerência em assuntos religiosos, além do aumento da tributação.

Assim como Sartre (1968, p. 69) analisou no século XX, que os colonizados perdem seu próprio caráter humano e o desespero causado por isso leva a rebeliões no sistema colonial, Marx (1979, p. 164) assinalava que a violência empregada pelos Cipayos durante seu motim foi resultado da conduta de dominação britânica imposta no território indiano. Desta forma, percebe-se que o colonialismo torna vítima de suas ações tanto a metrópole como as colônias em momentos de crise.

Considerações finais

O período da Revolta dos Cipayos marcou uma transformação da dominação britânica não só no território indiano, como em sua política colonial como um todo, pois evidenciou as necessidades de adequação das culturas e populações locais que foram dominadas pelo colonialismo. A substituição de uma Companhia com direitos de exploração pela posse efetiva de um território evidenciou a importância do controle político e militar que a nova demanda colonial do século XIX despertou nas potências europeias.

Marx, como filho de seu tempo, foi um espectador dessas mudanças e dos horrores locais que a dominação britânica trouxe à população do subcontinente indiano. Mesmo com um discurso baseado no darwinismo social e na missão civilizadora da Europa, ele mostrou as atrocidades que eram cometidas aos colonizados e evidenciou a principal consequência do colonialismo: os grandes conflitos militares.

Em síntese, Marx percebeu as mudanças que o colonialismo tradicional sofreu no século XIX usando como exemplo o caso britânico na Índia. Tais transformações na mentalidade colonial europeia, a partir da segunda metade de século, acarretaram no novo sistema de dominação que pendurou até o pós-Segunda Guerra Mundial: o Imperialismo. Desta forma, os textos de Marx sobre o colonialismo mostram que ele era um autor atento às transformações do seu tempo e as consequências causadas por essas mudanças.

THE WORDS OF KARL MARX ABOUT THE BRITISH DOMINATION IN INDIA AND HIS CONSIDERATIONS ABOUT THE SEPOY REVOLT (1857-1859)

ABSTRACT: The Indian territory over time remained for constant contact with Europeans. From the sixteenth century, with the Great Navigations were increased trade and population flows to the region. But in the nineteenth century the town underwent a transformation in its relationship with Europe. England, its metropolis, began to intensify the exploitation of the region by the British East India Company. This growing domination resulted in the Sepoy Revolt made by local soldiers who served the colonial army. This article aims to analyze the writings of Karl Marx on British rule and its consideration of the causes of the Sepoy Rebellion. In addition, we seek to face his work as one of the first who analyzed the transformations of colonialism in the nineteenth century.

Keys-words: Colonialism. British dominations in India. The Sepoy Revolt. Colonial Politc. Karl Marx.

Referências

- BAYLY, C. A. *Rulers, townsmen and bazzars: north Indian society in the Age of British Expansion, 1770-1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- BOWEN, H. V. *The Bussiness of Empire: The East India Company and Imperial Britain, 1756-1833*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- CHAUDHURI, K.N. Treasure and trade balances: the East India Company's export trade, 1660-1720. *Economic History Review*, 21, pp. 480-502, 1968.
- COHN, B. S. *Colonialism and its forms of knowledge: the British in India*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- FERRO, Marc. *História das Colonizações: Das conquistas às independências (Século XIII a XX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- FOUCARDE, Marie. Os britânicos na Índia (1858-1947) ou o reinado do “cinicamente correto”. IN: FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- GUHA, Ranajit. *Elementary aspects of peasant insurgency in Colonial India*. Delhi: Oxford University Press, 1983.
- GUIMARÃES, Andréa Bastos da Silva. *A Companhia das Índias Orientais e a Conquista Britânica na Índia: Terra, Tributo, Comércio e Moeda (1765-1835)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas; Instituto de Economia, 2010.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBSON, J. A. *Estudio Del Imperialismo*. Madrid: Alianza, 1981.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MARSHALL, P. J. The British in Asia: trade to dominion, 1700-1765. IN: MARSHALL, P. J. *The Oxford History of the British Empire. The Eighteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Acerca del colonialism*. Moscou: Editorial Progreso, 1979.
- _____. *Sobre el colonialismo*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1973.
- MOORE, Carlos. *O marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão*. Belo Horizonte: Nandyala; Uberlândia: Cenafro, 2010.
- POUCHEPADASS, Jacques. Índia: o primeiro século colonial. IN: FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

SARTRE, Jean-Paul. *Colonialismo e Neocolonialismo* (Situações, V). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

STOKES, E. *The Peasant Armed: the Indian Rebellion of 1857*. Oxford: Clarendon Press, 1986.

SOBRE O AUTOR

Thiago Henrique Sampaio é mestrando em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

Recebido em 18/08/2015

Aceito em 28/03/2016